



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026-PMM

LOTES AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS ME/EPP E MEI

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI**, Estado do Paraná, mediante o Pregoeiro designado pelo Decreto nº 555/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às **09:00 horas do dia 14 de julho de 2026**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: Compras Gov, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133/21, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, os Decretos Municipais nº 379/2022, nº 423/2022 e nº 535/2022, que regulamentam a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, e a fase de habilitação dos certames. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes da Lei Complementar n.º. 123/2006, com as devidas alterações e atualizações.

1. DA LICITAÇÃO

1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REMOÇÃO DO GRAMADO SINTÉTICO EXISTENTE, COM DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA, BEM COMO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE GRAMADO SINTÉTICO ESPORTIVO PARA CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, ALÉM DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO PERIÓDICA DOS CAMPOS COM GRAMADO SINTÉTICO DO MUNICÍPIO, INCLUINDO BORRACHA GRANULADA, BEM COMO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDES DE COBERTURA.

1.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

1.2.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do **14 de julho de 2026**

1.2.2. ABERTURA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:00 horas do dia **14 de julho de 2026**

1.2.3. INÍCIO SESSÃO DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia **14 de julho de 2026**

1.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.2.5. LOCAL: Compras.Gov

1.2.6. FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

1.2.7. INFORMAÇÕES:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

1.2.7.1. Endereço: Rua Renê Taccola, nº 152 - Centro, Mandaguari - PR, 86975-000 – Mandaguari– PR.

1.2.7.2. Telefone: (44) 3233-8422, ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

1.3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.3.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Compras Gov**.

1.3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Mandaguari denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica do **Compras Gov**.

1.3.3. Os licitantes deverão acessar diariamente o site acima indicado a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação:

2.2.1. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/21.

2.2.2. Quem tiver sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta.

2.2.3. Quem estiver sobre processo de Falência ou de Recuperação Judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país.

2.2.3.1. No caso de empresa em recuperação judicial, ressalva-se a possibilidade da participação desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certificará que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.3. Consórcio de proponentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

2.3. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se ao Portal de Compras do Compras- Gov – até horário fixado neste edital para apresentação da proposta e início do pregão.

2.4. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente à inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto.

2.5. O custo de operacionalização e uso do sistema, se houver, ficará a cargo do licitante, sendo que nenhum valor decorrente da operacionalização é recebido pela Administração Municipal.

2.6. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado, de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, e subsequente envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos.

2.7. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, responsabilizar-se **formalmente** pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive a veracidade das declarações e a firmeza dos atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.8. A licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo Portal de Compras do Compras- Gov.

3. DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1. O presente edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br em “Transparência” “Portal da Transparência Mandaguari” “Licitações/Administração”, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp) ou no Compras- Gov.

3.2. Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, **estará disponível nos sites supracitados, cabendo aos interessados inteira responsabilidade em acompanhar as informações**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

prestadas pelo Município, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site www.gov.br/compras.

4.2. Os interessados em participar desta licitação, preferencialmente, também deverão estar inscritos no Cadastro de Fornecedores do Estado do Paraná, no portal de compras do Estado, no sítio (www.comprasparana.pr.gov.br) – GMS/CFPR.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica.

4.5. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as atribuições definidas nos termos do artigo 6º, incisos I a XXIV do decreto municipal nº 379/2022.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O Licitante deverá cadastrar, por meio do site **Compras- Gov**, sua proposta de preço, informando a marca do produto cotado e os preços unitário e total ofertados, até a data e o horário estabelecidos para abertura e julgamento da proposta, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens deste e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante em campo próprio do sistema, preço unitário do item para cada lote, com



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

até duas casas decimais após a vírgula; a inobservância desta cláusula poderá acarretar na desclassificação da proposta.

6.3. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o fornecimento do objeto do certame não acarrete ônus para o Município de Mandaguari-PR.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão

6.6. É **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

6.7. O valor registrado no sistema eletrônico deverá considerar valor unitário do item para o lote, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas POR LOTE.

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

6.11. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado **somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da disputa.**

6.13. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

tributação, para fazer valer o direito dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

6.14. Aplica-se no presente edital de licitação o art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, para o critério de desempate.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, portanto, as proponentes deverão anexar, após solicitação do pregoeiro, exclusivamente pelo sistema, os documentos atinentes à habilitação previstos neste edital e em seus elementos.

7.1.1. Quando um lote ou item for arrematado, o Pregoeiro realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o procedimento exigido no item 7.1 será considerada inabilitada.

7.1.2. Os documentos de habilitação somente serão disponibilizados pelo sistema para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.1.2.1 Documentos que constem do Cadastro Municipal poderão ser aferidos no próprio cadastro, sendo o licitante responsável pela desatualização ou falta dos documentos, o que acarretará a sua inabilitação, dada a intempestividade do cumprimento da obrigação de apresentação dos documentos de habilitação.

7.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

7.1.3.1. Sendo a licitante **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome;

7.1.3.2. Sendo a licitante **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.3.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

7.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.1.5. Não serão aceitos protocolos, comprovantes de pagamento referentes a solicitações feitas às repartições competentes quanto aos documentos mencionados neste item, nem documentos ilegíveis, ainda que autenticados.

7.1.6 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

7.1.7. Caso seja necessário confirmar a autenticidade do documento e não seja possível fazê-lo por consulta a sítio eletrônico na internet, o Pregoeiro deverá designar prazo para que o participante apresente a versão original e física do documento.

7.1.7.1. Na hipótese de necessidade de confirmação da autenticidade de documento atinente à habilitação, o Pregoeiro atestará o cumprimento do prazo e tão logo tenha recebido o original, lançará a informação no sistema, efetuando a prova da tempestividade do cumprimento da diligência pela juntada do protocolo respectivo ao sistema em que o certame de licitação eletrônica ocorrer.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, devendo, para tanto, apresentar a seguinte documentação:

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual (inscrição e alterações se houver).

7.2.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado), em se tratando de sociedades



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.2.1.4. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, no caso de Microempreendedor Individual – MEI.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.3.2. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, na forma da legislação específica.

7.3.3. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, na forma da legislação específica.

7.3.4. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedido pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal, na forma da legislação específica.

7.3.5. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na forma da legislação específica.

7.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), na forma da legislação específica.

7.3.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.8 Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição da República de 1988.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

7.3.9. Os documentos acima mencionados poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.3.10. Acaso a 1ª colocada seja empresa beneficiária das disposições da Lei Complementar nº 123/06, e se necessário, mediante requerimento da empresa, ser-lhe-á concedido o prazo legal para apresentação de regularização da situação fiscal, conforme previsto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06.

7.3.11. A declaração de atendimento aos requisitos de habilitação prevista no art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/21 deverá ser realizada por todos os proponentes junto ao Portal de Compras do Compras- Gov, no momento de cadastramento da proposta de preços.

7.4. DECLARAÇÕES:

7.4.1. TERMO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA: Declaração de Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão na forma do art. 14, incisos I a V da Lei Federal nº 14.133/21; que os documentos de habilitação anexados no sistema eletrônico são reprodução fiel dos originais, conforme modelo constante do **Anexo VI**.

7.4.2. Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte, modelo **Anexo III**;

7.4.3 O prazo para a manifestação será informado pelo Pregoeiro na Plataforma. Manifestações ocorridas fora do prazo estipulado serão desconsideradas. Não se aplica este subitem para licitantes que não anexarem o documento na plataforma.

7.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, não será exigida qualificação técnica específica ou complexa;

Poderá ser exigida, quando cabível, a apresentação de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem a conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

7.6- DAS AMOSTRAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar **amostra do gramado sintético** ofertado, no prazo e condições a serem definidos pela Administração, para fins de análise e aprovação prévia;

A amostra deverá representar fielmente o produto a ser fornecido, contemplando as características técnicas exigidas (fibras, backing, densidade, acabamento e demais especificações);

Poderão ser exigidas, juntamente com a amostra, **ficha técnica, laudos laboratoriais e certificados** que comprovem o atendimento às especificações;

A Administração poderá realizar **avaliação visual, tátil e, quando aplicável, testes simples de verificação** da conformidade;

A não apresentação da amostra, ou a apresentação em desacordo com as especificações, **implicará desclassificação** da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

A amostra aprovada servirá como **padrão de referência** para recebimento do objeto.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

8.1. Após o prazo previsto para acolhimento, o Sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

8.2. A partir do horário e do dia previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

8.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na aferição da aceitabilidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, a cada lote.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, ressalvada a oportunidade de oferecer lance intermediário.

8.9. Consideram-se lances intermediários aqueles iguais ou superiores ao menor já ofertado na licitação cujo critério de julgamento é o de menor preço.

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “sistema aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **10 (dez) minutos**. Após esse prazo, o sistema prorrogará automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 8.11 será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando tratar de lances intermediários.

8.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.12, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.14. Encerrada a disputa inicial de lances sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 8.13, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo quarto do art. 56 da Lei nº 14.133/21, se a diferença entre o primeiro e o segundo lugar for de pelo menos 5%, para definição das demais colocações, preservada a posição do primeiro colocado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante, sendo que não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Em cumprimento do disposto no artigo 61, caput e parágrafos primeiros e segundo da Lei nº 14.133/21 e do disposto no decreto municipal nº 423/2022, encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Encerrada a etapa de negociação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, verificará a exequibilidade da proposta nos termos dispostos no artigo 7º do decreto municipal nº 423/22, e, observado o disposto no item 9.5, procederá à aferição do atendimento às condições de habilitação do licitante conforme disposições do item 7 deste edital.

9.3.1 Caso haja indícios de inexecuibilidade da proposta classificada em primeiro lugar, inclusive quando o menor preço for inferior a 50% do valor orçado pela Administração, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de justificativa do preço apresentado pelo participante, com composição, se for o caso, bem assim poderá realizar diligências, para aferir se o preço proposto é exequível.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

9.3.2. Em caso de indício de inexecução de proposta de preços, o Pregoeiro deverá tomar compromisso formal de execução de proposta de preços, nos termos dispostos no artigo 7º do decreto municipal nº 423/2022.

9.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Anexo I deste edital.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, observado o disposto no artigo 2º, §2º do decreto municipal nº 423/2022, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta ajustada ao último lance ofertado, após a negociação (se houver) realizada.

9.9. A sessão pública fica suspensa até a apresentação da proposta de preços ajustada, dentro das condições dispostas no item 12.1 deste edital.

9.10. O não cumprimento do envio da proposta de preços ajustada dentro do prazo acima estabelecido poderá acarretar em sanções passíveis de inabilitação, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.11. Caso não sejam apresentados lances, proceder-se-á à análise da ocorrência de empate e desempate, conforme previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/21. Em seguida, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

9.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, ficando o arrematante declarado vencedor.

9.13. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar informações, esclarecimentos e impugnar os termos do edital do pregão, exclusivamente por meio eletrônico, em campo específico da plataforma, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.**

10.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir e divulgar a resposta à impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, devendo a Secretaria responsável pela demanda, a depender da complexidade do objeto em questão, proporcionar orientações e fundamentos necessários com o objeto de responder/decidir a impugnação.

10.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitado o intervalo mínimo previsto no artigo 55, inciso I, alínea "a" e no §1º do mesmo artigo 55 da Lei nº 14.133/21.

10.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro informará o horário em que a Plataforma será liberada para receber a intenção de recorrer. **A Plataforma, a partir do horário informado pelo Pregoeiro, ficará aberta por 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante, de forma imediata, em campo próprio do sistema (**Manif. Recursos**), manifeste sua intenção de recorrer.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão.

11.3. O recorrente terá o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, **no prazo de 03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, em 03 (três) dias úteis da juntada das contrarrazões recursais poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

12.1. A empresa declarada habilitada e vencedora do certame deverá apresentar Proposta de Preços Ajustada, em formato, **no prazo de 24 (vinte e quatro horas)**, após solicitação do pregoeiro.

12.2. A Proposta de Preços Ajustada deverá ser elaborada conforme modelo Anexo V, com o(s) valor(es) unitários e totais oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, e-mail, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 8.1 deste Edital.

12.3. A proposta ajustada, deverá conter:

- a) Especificação completa do produto, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital.
- b) Descrição detalhada dos produtos, marca e modelo (se houver) ou procedência, ofertados em cada item e **preço unitário e preço total, condições de pagamento.**
- c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.
- d) Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- e) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

13. DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

13.1. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação com a posterior homologação do certame.

14.1.1. Se interpostos recursos, assegurado o contraditório, exercido o juízo de retratação e uma vez decididos, proceder-se-á à adjudicação e à homologação do certame.

14.2. O resultado desta licitação será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, - PNCP e Portal da Transparência do Município.

14.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada no Departamento de Licitações.

15 - PRAZO E CONDIÇÕES P/ ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A ADJUDICATÁRIA DEVERÁ ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, da publicação do resultado do certame.

15.1.1. O prazo concedido para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de cláusula 16 deste edital.

15.3. Se adjudicatária se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo previsto no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 10% (dez) por cento sobre o valor estimado do fornecimento, além de outras sanções cabíveis e previsto no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

16-PRAZO DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser firmada entre a Prefeitura Municipal de Mandaguari e o vencedor do certame, terá validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

assinatura, com possibilidade de prorrogação nos termos da lei 14.133/2021.

16.2. OS CONTRATOS celebrados decorrentes da Ata de Registro de Preços, ou instrumentos substitutivos, terá prazo de vigência de acordo com as disposições contidas na ata de registro de preços, observado o disposto no art. 84, parágrafo único e art. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

16.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, a critério da Administração, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84, Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser renovados os quantitativos inicialmente registrados.

16.3. Os contratos ou instrumentos substitutivos deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.4. Os contratos poderão ser alterados, nos termos da Lei nº 14.133/21.

16.5. O contratado fica obrigado a aceitar o aumento ou supressão de meta física.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento, decorrente da realização do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até **30 (TRINTA) DIAS**, contados do recebimento definitivo do objeto, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 92, incisos V e VII, combinado com o art. 140, inciso II, alínea "b", da Lei nº 14.133/21.

17.1.1. A Nota fiscal/fatura deverá estar com a descrição completa do produto fornecido, número da licitação, número do Processo Licitatório, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e estar certificada pelo técnico responsável pelo recebimento.

17.2. Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos livres da Administração Municipal e provenientes das Dotações Orçamentárias constantes no orçamento anual.

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.4. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Prefeitura Municipal de Mandaguari, com CNPJ nº 76.285.345/0001-09, de acordo com as informações contidas na Nota de Empenho, e deverá ser encaminhada diretamente à Secretaria interessada.

17.5. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001643836$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.6. Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

18. MULTAS/PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes multas:

a). De 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação.

b). 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, limitada a 20%;

c). O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

d). 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

d). Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

e). A multa, após regular processo administrativo, será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

18.2. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

As especificações dos serviços estão contidas, integralmente, neste Termo de Referência e serão aceitos somente de forma compatível ou superior aos solicitados.

O prazo de entrega: dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única ou em quantitativo especificado pela Contratante.

Local de entrega: os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Contratante.

20. DA REVISÃO / ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

20.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei nº14.133/21 e Decreto 535/2022 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, um dos fundamentos deste edital.

20.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:

a) os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

20.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

21.1. O gestor e fiscal do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, entre profissionais capacitados para exercerem essas funções:

21.2. A gestão do contrato caberá ao Secretário assinante do Termo de Referência a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do contrato ou instrumento equivalente, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato ou do instrumento equivalente.

22.3 A fiscalização do contrato ficará ao encargo do seguinte servidor municipal, no que tange à execução do objeto desta licitação:

22.3.1. Conforme definido no **termo de referência**, os fiscais acompanharão a execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

22.4 A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

22.5 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de inadequações técnicas e legais, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

22.6. Ao CONTRATANTE não caberá quaisquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados pelo fiscal, os quais, enquanto perdurar a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

22. GARANTIA

22.1. A CONTRATADA responderá pela qualidade dos produtos nos exatos termos da Lei 14.133/2021 e demais atos normativos aplicáveis.

23 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conclusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

23.2. Sem prejuízo da informação ao MP e do processamento das ações pelos ilícitos previstos nos artigos 337-e a 337-O do Código Penal Brasileiro, as práticas descritas no item 23.1 acima ensejam a instauração de processo administrativo em desfavor dos envolvidos e o apenamento dos responsáveis por culpa ou dolo, sujeitando-o às iras das sanções descritas no artigo 156, incisos I a V da Lei nº 14.133/21.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1, deste Edital.

24.2. A presente licitação a qualquer tempo poderá ser adiada por conveniência exclusiva da Administração, revogada no todo ou em parte por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou, anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiro sem que caiba as licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 71, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/21.

24.3. Assegura-se ao Município de Mandaguari o direito de rescindir unilateralmente o ajuste nos termos do artigo 137, incisos I a IX, da Lei nº 14.133/21.

24.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

24.5. As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

24.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.10. O foro da cidade de Mandaguari, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

24.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.12. Quaisquer informações, relativas a esta licitação, serão prestadas pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Mandaguari, Departamento de Licitações, situada provisoriamente à Rua Renê Taccola, nº 152 - Centro, Mandaguari - PR, 86975-000 – Mandaguari– PR, Centro. Também pelo site Compras- Gov ou pelo e-mail da Prefeitura Municipal: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

25. VALOR TOTAL DESTE EDITAL:

O valor total estimado para este Pregão é R\$ 600.685,00 (seiscentos mil, seiscentos e oitenta e cinco mil reais)

26. ESTE EDITAL CONTÉM OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar.

Anexo III – Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte.

Anexo IV – Modelo Termo de Declaração Conjunta.

Anexo V – Modelo de Proposta de preços ajustada.

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de preços.

MANDAGUARI – PR, 26 de maio de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP. FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a remoção do gramado sintético existente, com destinação ambientalmente adequada, bem como o fornecimento e instalação de novo sistema de gramado sintético esportivo para campo de futebol Society, além do fornecimento de materiais destinados à manutenção periódica dos campos com gramado sintético do Município, incluindo borracha granulada, bem como o fornecimento e instalação de redes de cobertura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

| LOT E | ORDE M | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|----------|-----------|--|------------------|------------|-------------------|------------------|
| 1 | 1 | GRAMA ESPORTIVA - o gramado sintético deverá ser composto por fibras em polietileno, com altura mínima de 50 mm, com fibras expostas compatíveis com o sistema de preenchimento adotado. Os fios deverão possuir título mínimo de 12.000 DTex, com estrutura contendo no mínimo 03 (três) almas de sustentação, espessura mínima de 320 micras, admitindo-se soluções tecnológicas | Metros Quadrados | 3.300 | R\$ 157,0500 | R\$ 518.265,0000 |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | equivalentes ou superiores que garantam desempenho igual ou melhor. A densidade do gramado deverá ser de no mínimo 130 tufo por metro linear, com espaçamento máximo de 17 mm entre linhas (escartamento), podendo ser aceitas variações equivalentes desde que não comprometam a densidade e desempenho do sistema. A base do gramado deverá ser composta por sistema estruturado em múltiplas camadas, do tipo tela tripla bidimensional, com reforço em látex ou poliuretano, contendo obrigatoriamente ao menos uma camada em polipropileno ou material equivalente de alta resistência. O sistema deverá apresentar galga aproximada de 5/8, com densidade mínima de 13 pontos por decímetro, ou parâmetros equivalentes que assegurem desempenho técnico semelhante ou | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | superior. O preenchimento deverá ser executado com material resiliente, utilizando borracha granulada com granulometria entre 0,6 mm e 2 mm, sendo vedado o uso exclusivo de areia como material de preenchimento, devendo o sistema garantir amortecimento, absorção de impacto e segurança ao usuário. O gramado deverá apresentar características técnicas compatíveis com padrões de desempenho esportivo reconhecidos, atendendo parâmetros equivalentes aos estabelecidos pela FIFA ou normas técnicas correlatas. As linhas demarcatórias deverão possuir largura de 10 cm, na cor branca, confeccionadas com o mesmo material do gramado sintético. O sistema deverá ser instalado com caimento lateral entre 0,5% e 1% para adequado escoamento das águas pluviais. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| | | | | | | |
|---|---|--|------------------|--------|------------|-----------------|
| | | Será obrigatória a apresentação de amostra, ficha técnica do produto e laudos técnicos que comprovem o atendimento às especificações exigidas. | | | | |
| 2 | 1 | GRANULADO DE BORRACHA – produzido com material 100% reciclado, preto, com granulometria entre 1mm e 4mm, adequado para uso em campos com grama sintética. o material deve estar totalmente limpo e isento de impurezas como aço, ferro, ou qualquer outro resíduo que comprometa sua qualidade e desempenho. Será obrigatória a apresentação de ficha técnica do produto, bem como declaração de conformidade quanto à ausência de contaminantes e adequação ao uso em gramados sintéticos esportivos. | KG | 10.000 | R\$ 5,6800 | R\$ 56.800,0000 |
| 3 | 1 | REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA - dimensões aproximadas de 18 m x 36 m, confeccionada em polietileno (PEAD – polietileno de alta densidade), com | Metros Quadrados | 3.000 | R\$ 8,5400 | R\$ 25.620,0000 |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | proteção UV contra radiação solar, tratamento antiumidade e antifungos. Características mínimas: • espessura do fio: 2 mm; • malha: 12 cm; • cor: branca; Deverão estar inclusos todos os acessórios necessários para perfeita instalação e funcionamento, incluindo: • cabos de aço galvanizado para tensionamento; • esticadores; • grampos; • terminais; • fixadores e demais componentes necessários. A instalação deverá ser executada pela contratada, contemplando mão de obra, equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao perfeito acabamento e funcionamento do sistema. Garantia mínima de 90 dias contra defeitos de fabricação e instalação. | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| LOTE | TOTAL | |
|------|---|--|
| 1 | R\$ 518.265,0000 (quinhentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e cinco) | |
| 2 | R\$ 56.800,0000 (cinquenta e seis mil, oitocentos) | |
| 3 | R\$ 25.620,0000 (vinte e cinco mil, seiscentos e vinte) | |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

1.2- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

As especificações técnicas detalhadas dos itens que compõem o objeto encontram-se descritas no item 1.1 deste Termo de Referência, devendo ser rigorosamente observadas pelas licitantes e pela futura contratada.

Os materiais e serviços a serem fornecidos deverão atender integralmente às características técnicas estabelecidas, sendo vedado o fornecimento de produtos ou execução de serviços em desacordo com os parâmetros definidos, salvo quando comprovadamente equivalentes ou superiores, mediante prévia análise e aprovação da Administração.

No que se refere ao sistema de gramado sintético esportivo, este deverá apresentar desempenho compatível com uso intensivo, garantindo condições adequadas de segurança, amortecimento, estabilidade, drenagem e durabilidade, conforme práticas reconhecidas de mercado e padrões técnicos aplicáveis.

Os insumos destinados à manutenção, tais como borracha granulada, deverão possuir qualidade, pureza e granulometria compatíveis com sua aplicação em gramados sintéticos esportivos, assegurando a preservação das características técnicas do sistema ao longo do tempo.

A Administração poderá exigir, para fins de comprovação, a apresentação de fichas técnicas, laudos laboratoriais e amostras dos materiais ofertados, os quais serão analisados quanto à conformidade com as especificações estabelecidas.

O não atendimento às especificações técnicas implicará na recusa do objeto, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Administração, no qual foram analisadas as condições atuais dos espaços esportivos municipais, as alternativas possíveis de solução e a viabilidade técnica e econômica da contratação proposta.

Verificou-se, por meio do referido estudo, que parte dos campos de futebol Society do Município encontra-se com o gramado sintético em condições inadequadas de uso, apresentando elevado grau de desgaste, com perda das características técnicas essenciais, tais como amortecimento, estabilidade, regularidade da superfície e desempenho estrutural, comprometendo a segurança dos usuários e a funcionalidade dos espaços.

Além disso, o uso intensivo dos campos, aliado à exposição contínua às intempéries, contribui para a degradação acelerada do sistema de gramado sintético, tornando inviável a adoção de soluções paliativas ou intervenções pontuais.

Diante desse cenário, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a solução mais adequada consiste na substituição integral do gramado sintético nos campos comprometidos,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

associada ao fornecimento de materiais destinados à manutenção periódica dos demais campos em funcionamento, permitindo não apenas a resolução do problema atual, mas também a preservação das condições de uso ao longo do tempo.

A contratação contempla, ainda, o fornecimento e instalação de redes de cobertura, visando maior durabilidade dos espaços e melhor aproveitamento da infraestrutura esportiva.

A solução adotada apresenta-se como a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que:

- restabelece as condições adequadas de uso dos campos atualmente interditados;
- garante maior segurança aos usuários;
- prolonga a vida útil dos sistemas de gramado sintético;
- reduz custos futuros com manutenções corretivas;
- assegura a continuidade das atividades esportivas no Município;
- promove melhor aproveitamento da infraestrutura pública existente.

Dessa forma, a presente contratação atende ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação integrada de serviços e fornecimentos, estruturada em lotes, com o objetivo de restabelecer as condições adequadas de uso dos campos de futebol Society do Município, bem como garantir a manutenção periódica dos espaços esportivos em funcionamento.

A contratação contempla a execução das seguintes ações:

3.1 REFORMA COMPLETA DE CAMPO COM GRAMADO SINTÉTICO (LOTE 1)

- remoção do gramado sintético existente, incluindo carga, transporte e destinação ambientalmente adequada;

preparação da base existente, quando necessário, garantindo condições adequadas para a instalação do novo sistema;

- fornecimento e instalação de novo gramado sintético esportivo, com características compatíveis com uso intensivo;
- aplicação de materiais de preenchimento, garantindo amortecimento, estabilidade e segurança;
- execução de demarcações esportivas e acabamento final;
- entrega do sistema em pleno funcionamento e em conformidade com as especificações técnicas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

3.2 MANUTENÇÃO PERIÓDICA DOS CAMPOS (LOTES 2 E 3)

A solução contempla o fornecimento de insumos destinados à manutenção preventiva e corretiva dos campos de futebol Society em funcionamento, compreendendo:

- fornecimento de borracha granulada, destinada à reposição e manutenção das características de amortecimento e estabilidade do gramado sintético;
- utilização dos materiais conforme demanda da Administração, visando prolongar a vida útil do gramado sintético e manter as condições adequadas de uso.

3.2.1. INSTALAÇÃO DE REDES DE COBERTURA

- Fornecimento e instalação de redes de cobertura para campos de futebol society;
- Utilização de materiais resistentes à intempéries, com proteção contra radiação UV;
- Instalação completa, incluindo fixação, tensionamento e acabamento, garantindo funcionalidade e durabilidade.

3.3 INTEGRAÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução adotada apresenta caráter integrado, contemplando tanto a **recuperação de estruturas existentes** quanto a **manutenção contínua dos espaços esportivos**, permitindo:

- restabelecimento das condições de uso dos campos interditados;
- preservação das características técnicas dos campos em funcionamento;
- redução da necessidade de intervenções corretivas futuras;
- otimização da gestão dos espaços esportivos municipais.

4. METODOLOGIA E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto deverá observar metodologia compatível com a natureza dos serviços e fornecimentos contratados, bem como atender integralmente aos requisitos técnicos, operacionais e legais estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo a qualidade, segurança e durabilidade dos serviços prestados.

4.1 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

A execução do objeto deverá seguir, no mínimo, as seguintes etapas:

4.1.1 Lote 1 – Reforma completa do gramado sintético

- remoção integral do gramado sintético existente, incluindo carga, transporte e destinação ambientalmente adequada;
- limpeza e verificação da base existente, com realização de ajustes necessários para garantir nivelamento e condições adequadas de instalação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

- fornecimento e instalação do novo sistema de gramado sintético, conforme especificações técnicas;
- aplicação e distribuição uniforme dos materiais de preenchimento;
- execução das demarcações esportivas;
- realização de acabamento final e limpeza da área;
- entrega do campo em condições adequadas de uso.

4.1.2 Lotes 2 e 3 – Fornecimento de insumos para manutenção

- fornecimento parcelado dos materiais, conforme demanda da Administração;
- entrega dos materiais em local indicado pelo Município;
- garantia de que os produtos estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- substituição imediata de materiais em desacordo com o exigido.

4.1.3 Rede de cobertura

- Fornecimento de materiais necessários;
- Instalação completa da rede, incluindo fixação, tensionamento e acabamento;
- Entrega em pleno funcionamento e em condições adequadas de uso

4.2 Requisitos gerais da contratação

- os serviços e materiais deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- a empresa contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e equipamentos adequados à execução do objeto;
- a execução deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado, com emissão de ART, quando aplicável;
- todos os materiais utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade e livres de defeitos;
- a contratada deverá garantir a segurança durante a execução dos serviços, adotando medidas de prevenção de acidentes;
- deverá ser assegurado o cumprimento das normas técnicas aplicáveis e boas práticas de execução.

4.3 Requisitos de qualidade

- os materiais fornecidos deverão apresentar desempenho compatível com uso esportivo intensivo;
- o sistema de gramado sintético deverá garantir amortecimento, estabilidade, drenagem e segurança;
- os insumos de manutenção deverão possuir granulometria e composição adequadas;
- a Administração poderá exigir a apresentação de fichas técnicas, laudos e amostras para verificação da conformidade;
- materiais e serviços em desacordo com as especificações serão rejeitados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

4.4 Requisitos de entrega

- os serviços deverão ser executados dentro dos prazos estabelecidos em contrato;
- os materiais deverão ser entregues conforme cronograma definido pela Administração;
- o objeto será recebido mediante verificação de conformidade com as especificações técnicas;
- o recebimento poderá ser provisório e definitivo, conforme avaliação da Administração.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- fornecer à Contratada todas as informações necessárias para a adequada execução do objeto;
- disponibilizar o acesso às áreas onde serão executados os serviços, em condições adequadas para o início das atividades;
- acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, comunicando formalmente eventuais irregularidades;
- atestar o recebimento dos serviços e materiais, após verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas;
- efetuar o pagamento à Contratada nas condições e prazos previstos neste Termo de Referência e no contrato;
- rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou materiais executados em desacordo com as especificações técnicas;
- comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- garantir as condições necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada;
- aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- executar o objeto em conformidade com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;
- fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto;
- assegurar que todos os materiais utilizados sejam novos, de primeira qualidade e estejam em conformidade com as especificações exigidas;
- responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e dos materiais fornecidos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

- realizar a remoção do gramado sintético existente, incluindo carga, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- executar a instalação do novo sistema de gramado sintético conforme boas práticas técnicas, garantindo nivelamento, fixação, acabamento e desempenho adequado;
- garantir a correta aplicação e distribuição dos materiais de preenchimento, assegurando amortecimento, estabilidade e segurança do sistema;
- fornecer os insumos de manutenção (borracha granulada) conforme especificações técnicas, garantindo qualidade e conformidade;
- realizar o fornecimento e instalação das redes de cobertura, incluindo todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento;
- substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas;
- disponibilizar responsável técnico habilitado para acompanhamento da execução, com emissão de ART, quando aplicável;
- cumprir todas as normas técnicas, de segurança do trabalho e ambientais aplicáveis à execução do objeto;
- adotar medidas necessárias para garantir a segurança de trabalhadores e usuários durante a execução dos serviços;
- manter o local de execução organizado, limpo e livre de resíduos, promovendo a destinação adequada dos materiais;
- comunicar à Contratante quaisquer irregularidades ou intercorrências que possam comprometer a execução do objeto;
- cumprir os prazos estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos injustificados;
- apresentar, quando solicitado, fichas técnicas, laudos e amostras dos materiais utilizados;
- manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;
- prestar garantia dos serviços executados e dos materiais fornecidos, conforme condições estabelecidas.

6. AMOSTRAS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 Apresentação e análise de amostras

- A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar **amostra do gramado sintético** ofertado, no prazo e condições a serem definidos pela Administração, para fins de análise e aprovação prévia;
- A amostra deverá representar fielmente o produto a ser fornecido, contemplando as características técnicas exigidas (fibras, backing, densidade, acabamento e demais especificações);
- Poderão ser exigidas, juntamente com a amostra, **ficha técnica, laudos laboratoriais e certificados** que comprovem o atendimento às especificações;
- A Administração poderá realizar **avaliação visual, tátil e, quando aplicável, testes simples de verificação** da conformidade;
- A não apresentação da amostra, ou a apresentação em desacordo com as especificações, **implicará desclassificação** da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

- A amostra aprovada servirá como **padrão de referência** para recebimento do objeto.

6.2 Manutenção do sistema de gramado sintético

- A Contratada deverá orientar a Administração quanto às **boas práticas de manutenção** do gramado sintético instalado;
- Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, quando necessário, **intervenções corretivas** para restabelecimento das condições adequadas de uso;
- A manutenção do sistema deverá assegurar a preservação das características de **amortecimento, estabilidade, drenagem e segurança**;
- Os insumos fornecidos (borracha granulada) deverão ser compatíveis com o sistema instalado e adequados à manutenção periódica;
- Caso sejam identificadas falhas decorrentes de instalação ou qualidade dos materiais, a Contratada deverá proceder à **correção sem ônus** para a Administração.

6.3 Assistência técnica

- A Contratada deverá prestar **assistência técnica durante todo o período de garantia**, garantindo o pleno funcionamento do sistema instalado;
- Deverá ser disponibilizado canal de atendimento para registro de ocorrências e solicitações da Administração;
- O atendimento às solicitações deverá ocorrer em prazo razoável, a ser definido em contrato, considerando a natureza do serviço;
- A assistência técnica deverá abranger, no mínimo:
 - correção de defeitos de instalação;
 - substituição de materiais defeituosos;
 - ajustes necessários para manutenção do desempenho do sistema;
- Todos os custos relacionados à assistência técnica, dentro do período de garantia, serão de responsabilidade da Contratada.

6.4 Garantia

- O sistema de gramado sintético deverá possuir **garantia mínima compatível com o padrão de mercado**, a ser definida no contrato;
- A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, falhas de instalação e desempenho inadequado do sistema;
- Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, todas as correções necessárias ao pleno funcionamento do objeto.

7. EXECUÇÃO: ENTREGA, EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

A execução do objeto dar-se-á mediante fornecimento parcelado dos materiais, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1 Condições gerais de execução

- A execução do objeto deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Os serviços deverão ser realizados em locais indicados pela Administração, no Município de Mandaguari/PR;
- A Contratada deverá iniciar a execução após a emissão da ordem de serviço ou documento equivalente;
- A execução deverá ocorrer de forma organizada, segura e sem prejuízo às atividades essenciais do Município.

7.2 Execução dos serviços (Lote 1 e Lote 3)

7.2.1 Lote 1 – Reforma do gramado sintético

- remoção integral do gramado existente, incluindo carga, transporte e destinação adequada;
- verificação e adequação da base, garantindo nivelamento e condições técnicas adequadas;
- fornecimento e instalação do novo sistema de gramado sintético;
- aplicação uniforme dos materiais de preenchimento;
- execução das demarcações esportivas;
- realização de acabamento final e limpeza da área;
- entrega do campo em condições adequadas de uso.

7.2.2 Lote 3 – Rede de cobertura

- fornecimento dos materiais;
- instalação completa, incluindo fixação, tensionamento e acabamento;
- entrega em pleno funcionamento.

7.3 Entrega dos materiais (Lotes 2 e 3)

- os materiais deverão ser entregues conforme demanda da Administração;
- a entrega deverá ocorrer em local indicado pela Contratante;
- os produtos deverão estar devidamente acondicionados, identificados e em perfeitas condições de uso;
- a Contratada deverá garantir que os materiais estejam em conformidade com as especificações técnicas.

7.4 Critérios de aceitação do objeto

O objeto será recebido mediante verificação de conformidade com as especificações técnicas, observando-se:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

7.4.1 Recebimento provisório

- será realizado após a conclusão dos serviços ou entrega dos materiais;
- consiste na verificação inicial quanto à conformidade com o contrato;
- não implica aceitação definitiva do objeto.

7.4.2 Recebimento definitivo

- será realizado após verificação detalhada da qualidade e conformidade do objeto;
- ocorrerá no prazo a ser definido pela Administração, após o recebimento provisório;
- dependerá da aprovação integral dos serviços e materiais.

7.5 Critérios de rejeição

Serão rejeitados, no todo ou em parte:

- materiais em desacordo com as especificações técnicas;
- serviços executados com falhas, defeitos ou fora dos padrões exigidos;
- itens que não atendam às características apresentadas na amostra aprovada;
- qualquer execução que comprometa a segurança, durabilidade ou funcionalidade do sistema.

7.6 Correções e ajustes

- a Contratada deverá corrigir, às suas expensas, quaisquer irregularidades identificadas;
- os serviços ou materiais rejeitados deverão ser substituídos ou refeitos no prazo estabelecido pela Administração;
- o não atendimento poderá ensejar aplicação de penalidades.

7.7 Medição e pagamento

- a medição dos serviços será realizada conforme execução efetiva e atesto da fiscalização;
- o pagamento estará condicionado ao recebimento definitivo do objeto;
- não serão pagos serviços ou materiais em desacordo com o contrato.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 Prazo de execução

- O prazo para execução dos serviços referentes ao **Lote 1 (reforma do gramado sintético)** e **Lote 3 (instalação de rede de cobertura)** será de até **30 dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço;
- Os prazos poderão ser ajustados pela Administração, mediante justificativa técnica, sem prejuízo da qualidade da execução;
- O descumprimento injustificado dos prazos sujeitará a Contratada às penalidades previstas em contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

8.2 Prazo de entrega dos materiais (Lotes 2 e 3)

- O fornecimento dos materiais (borracha granulada e tela de proteção) ocorrerá de forma **parcelada**, conforme demanda da Administração;
- O prazo para entrega será de até **15 dias úteis**, contados a partir da solicitação formal;
- Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Contratante.

8.3 Condições de recebimento

O recebimento do objeto será realizado em duas etapas:

8.3.1 Recebimento provisório

- ocorrerá após a conclusão dos serviços ou entrega dos materiais;
- será realizado pela fiscalização, mediante verificação inicial da conformidade;
- poderá ser emitido termo de recebimento provisório;
- não implica aceitação definitiva do objeto.

8.3.2 Recebimento definitivo

- ocorrerá após análise detalhada das condições técnicas do objeto;
- será realizado no prazo de até **10 dias úteis** após o recebimento provisório;
- dependerá da verificação de que os serviços e materiais atendem integralmente às especificações estabelecidas.

8.4 Condições para aceitação

O objeto somente será considerado aceito quando:

- atender integralmente às especificações técnicas deste Termo de Referência;
- estiver em conformidade com a amostra previamente aprovada (quando aplicável);
- apresentar qualidade compatível com o uso pretendido;
- não apresentar defeitos, falhas ou irregularidades.

8.5 Condições de rejeição

- materiais ou serviços em desacordo com as especificações serão rejeitados;
- a Contratada deverá substituir ou corrigir os itens rejeitados, sem ônus para a Administração;
- o prazo para correção será definido pela fiscalização;
- o não atendimento poderá ensejar aplicação de penalidades.

9. Da habilitação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

Para fins de habilitação no presente certame, os licitantes deverão comprovar as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e demais requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, conforme disposto a seguir.

10.1 Habilitação jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva;
- c) No caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, quando aplicável.

10.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.3 Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, salvo prazo diverso estabelecido pelo órgão emissor.

10.4 Qualificação técnica

- a) Considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, não será exigida qualificação técnica específica ou complexa;
- b) Poderá ser exigida, quando cabível, a apresentação de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem a conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

10.5 Disposições gerais

- a) Os documentos de habilitação poderão ser apresentados nos termos do edital e da legislação vigente;
- b) O licitante deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação exigidas no certame.

As exigências de habilitação estabelecidas neste item visam garantir a capacidade jurídica, fiscal e econômico-financeira dos fornecedores, observando os princípios da legalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Fica designado o servidor **José Lucas da Cruz Ferrari**, Coordenador de Serviço de Esporte e Lazer, para fiscalização da ata de registro de preços e o fornecimento dos produtos e serviços a serem adquiridos.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO

O servidor responsável por esta solicitação de licitação em atendimento à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer é Gilmar Tavares.

14. METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS

A estimativa de preços da presente contratação foi realizada em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, adotando-se metodologia que assegura a obtenção de valores compatíveis com os praticados no mercado.

Para a formação dos preços referenciais, foram utilizadas as seguintes fontes:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

14.1 Fontes de pesquisa

- consultas a **atas de registro de preços** vigentes de outros Municípios, com objetos compatíveis;
- pesquisa em **bancos de preços públicos especializados**, contendo contratações similares;
- **pesquisa direta de mercado**, mediante consulta a fornecedores do ramo, quando necessário;

14.2 Critérios adotados

- foram considerados preços praticados para objetos com características técnicas semelhantes ou equivalentes;
- foram desconsiderados valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados;
- buscou-se a obtenção de **valores médios de mercado**, garantindo equilíbrio entre economicidade e viabilidade de execução;
- a análise considerou variações regionais, logísticas e especificidades do objeto.

14.3 Conclusão

A metodologia adotada assegura que os preços estimados refletem as condições reais de mercado, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

15. VALORES E PAGAMENTOS

Os valores estimados para a presente contratação foram definidos com base em pesquisa de mercado, considerando preços praticados em contratações similares, atas de registro de preços de outros entes públicos e consultas a fornecedores especializados, conforme metodologia descrita neste Termo de Referência.

As quantidades foram estimadas com base nas necessidades da Administração, visando garantir o adequado atendimento das demandas relacionadas à reforma e manutenção dos campos de futebol Society do Município.

Os serviços e fornecimentos deverão observar as especificações técnicas, quantitativos e valores máximos estabelecidos, ficando as licitantes cientes de que não serão aceitas propostas com valores superiores aos preços de referência definidos no edital.

15.1 Condições de pagamento

- O pagamento decorrente da execução do objeto será efetuado mediante crédito em conta corrente indicada pela Contratada;
- O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados do **recebimento definitivo do objeto**, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente;
- O pagamento observará o disposto nos arts. 92, incisos V e VI, 140, inciso I, alínea “b”, e 141, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

15.2 Condições para liquidação da despesa

- Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura no momento em que a Administração atestar a execução do objeto;
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização;
- Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a devida regularização, sem ônus para a Administração.

15.3 Regularidade da contratada

- Antes de cada pagamento, poderá ser verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período;
- Não havendo regularização, poderão ser adotadas medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até decisão definitiva quanto à rescisão.

15.4 Retenções tributárias

- Quando aplicável, serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

15.5 Atualização financeira por atraso

- Nos casos de atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados financeiramente;
- Os encargos moratórios serão calculados à taxa de **0,5% ao mês (6% ao ano)**, mediante a aplicação da fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- **EM** = Encargos moratórios
- **N** = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento
- **VP** = Valor da parcela
- **I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438

15.7 REAJUSTE

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, em observância ao prazo de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

vigência da ata previsto no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

O reajuste será realizado por apostilamento.

16. MULTAS/PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Multas

A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes multas, sem prejuízo das demais sanções legais:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta**, quando, sem justificativa aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

b) **Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso**, na execução dos serviços ou na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parte inadimplida, limitada ao máximo de 20% (vinte por cento);

c) O atraso será contado em **dias corridos**, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido;

d) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato**, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto aquelas relacionadas a prazos, já penalizadas em item específico;

e) **Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, em caso de **inexecução total do objeto**, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

f) As multas poderão ser descontadas dos créditos da Contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente.

16.2 Sanções administrativas

Sem prejuízo das multas, a Contratada poderá sofrer as seguintes sanções, garantido o contraditório e a ampla defesa:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

16.2.1 Impedimento de licitar e contratar

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até **3 (três) anos**, a empresa que:

- I – der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- II – der causa à inexecução total do contrato;
- III – deixar de entregar a documentação exigida;
- IV – não mantiver a proposta, sem justificativa;
- V – não celebrar o contrato quando convocada;
- VI – ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem justificativa.

16.2.2 Declaração de inidoneidade

Poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, a empresa que:

- I – apresentar documentação ou declaração falsa;
- II – prestar informações falsas durante a licitação ou execução;
- III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- IV – praticar atos ilícitos para frustrar o processo licitatório;
- V – praticar atos lesivos à Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 12.846/2013.

16.3 Disposições gerais

- A aplicação das penalidades observará a gravidade da infração, os danos causados e a reincidência;
- As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa;
- A aplicação das penalidades não exclui a responsabilidade civil e administrativa da Contratada;
- Será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa em todos os casos.

objeto da licitação sem motivo justificado;

16.4 Poderá sofrer pena de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame;
- II – prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V – praticar qualquer um dos atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

Mandaguari, 22 de maio de 2026.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

Gilmar Tavares
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SIGILO: () sim (X) não

Unidades Atendidas pelo Estudo: * Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

1. Objeto e necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido:

A presente contratação tem por objeto a remoção do gramado sintético existente, com destinação ambientalmente adequada, bem como o fornecimento e instalação de novo sistema de gramado sintético esportivo para campo de futebol Society, além do fornecimento de materiais destinados à manutenção periódica dos campos com gramado sintético do Município, incluindo borracha granulada, conforme especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência.

A necessidade da contratação decorre da situação atual dos espaços esportivos municipais, especialmente campos de futebol Society, os quais se encontram, em parte, interditados ou com uso comprometido, em razão do elevado desgaste do gramado sintético existente.

Verifica-se que o revestimento atual apresenta perda das características técnicas essenciais, tais como capacidade de amortecimento, regularidade da superfície, estabilidade das fibras e desempenho estrutural, comprometendo diretamente a segurança dos usuários e elevando o risco de ocorrência de lesões.

Além disso, o uso intensivo dos campos, aliado à ausência de cobertura e à exposição contínua às intempéries, contribui para a degradação acelerada do sistema de gramado sintético, exigindo não apenas a substituição completa em determinados locais, mas também a adoção de medidas contínuas de manutenção preventiva e corretiva nos demais espaços.

Diante desse cenário, a contratação visa solucionar dois problemas principais:

I – Restabelecer as condições adequadas de uso dos campos atualmente interditados, por meio da substituição integral do gramado sintético;

II – Assegurar a manutenção periódica dos campos em funcionamento, mediante fornecimento de insumos adequados, garantindo a preservação das características técnicas, a segurança dos usuários e a continuidade das atividades esportivas.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para garantir a adequada prestação do serviço público de incentivo ao esporte, lazer e bem-estar da população, promovendo a utilização segura e contínua dos espaços esportivos municipais.

2. Análise e discussão de todas as contratações possíveis e a justificativa técnica e econômica para a escolhida:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as seguintes alternativas de solução:

I – Manutenção corretiva do gramado sintético existente

Consiste na realização de intervenções pontuais, com reposição de materiais e ajustes localizados no sistema atual.

Análise técnica:

Essa alternativa não se mostra viável, tendo em vista que o gramado existente apresenta elevado grau de desgaste estrutural, com perda significativa de suas propriedades originais, tais como amortecimento, estabilidade e regularidade da superfície. Intervenções pontuais não seriam suficientes para restabelecer as condições adequadas de uso, podendo inclusive gerar retrabalho e manutenção recorrente.

Análise econômica:

Apesar de apresentar menor custo inicial, essa alternativa tende a gerar custos contínuos com manutenção frequente, sem garantia de desempenho adequado, tornando-se economicamente desvantajosa no médio e longo prazo.

II – Substituição parcial do gramado sintético

Consiste na substituição de trechos específicos do gramado mais deteriorados.

Análise técnica:

A substituição parcial compromete a uniformidade do campo, podendo gerar desníveis, diferenças de desempenho e riscos à segurança dos usuários, além de dificultar a integração entre materiais novos e antigos.

Análise econômica:

Embora apresente custo intermediário, não resolve integralmente o problema, podendo demandar novas intervenções em curto prazo, o que reduz sua viabilidade econômica.

III – Substituição integral do sistema de gramado sintético (reforma completa)

Consiste na remoção total do gramado existente e instalação de novo sistema com características técnicas adequadas ao uso esportivo intensivo.

Análise técnica:

Trata-se da solução mais adequada, pois permite a recomposição completa das condições estruturais do campo, garantindo desempenho, segurança, durabilidade e conformidade com padrões técnicos atuais.

Análise econômica:

Apesar de apresentar maior investimento inicial, essa alternativa proporciona maior vida útil ao sistema, reduzindo custos com manutenção corretiva e garantindo melhor relação custo-benefício ao longo do tempo.

IV – Implantação de novo campo em substituição ao existente

Consiste na construção de novo campo em outro local, mantendo o atual desativado.

Análise técnica:

Não se justifica, considerando que a estrutura física existente pode ser reaproveitada mediante substituição do gramado.

Análise econômica:

Representa custo significativamente superior, envolvendo obras civis adicionais, sendo desproporcional à necessidade apresentada.

V – Aquisição isolada de materiais para manutenção (borracha e areia), sem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

substituição do gramado

Consiste na utilização exclusiva de insumos para tentativa de recuperação do sistema existente.

Análise técnica:

Essa alternativa não resolve o problema estrutural dos campos interditados, sendo aplicável apenas como medida complementar de manutenção.

Análise econômica:

Possui baixo custo inicial, porém não atende à necessidade principal, sendo insuficiente como solução definitiva.

Solução escolhida:

Diante das análises realizadas, conclui-se que a solução mais adequada é a **substituição integral do gramado sintético nos campos comprometidos, associada à aquisição de materiais para manutenção periódica dos demais campos em funcionamento.**

Essa abordagem permite:

- restabelecer plenamente os campos atualmente interditados;
- garantir condições adequadas de segurança e desempenho;
- preservar os demais campos por meio de manutenção preventiva;
- otimizar os recursos públicos, reduzindo custos futuros com intervenções corretivas;
- assegurar continuidade das atividades esportivas no Município.

Assim, a solução adotada apresenta-se como a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, atendendo ao interesse público de forma eficiente e sustentável.

3. Referência a instrumentos de planejamento (facultativo/justificar)

A presente contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento do Município, estando em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor Municipal, do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

4. Requisitos da contratação (facultativo/justificar):

Os requisitos da contratação se dão pela necessidade de estabelecer parâmetros mínimos de qualidade, desempenho e execução do objeto, considerando a natureza técnica da contratação e a finalidade esportiva dos espaços públicos atendidos, em conformidade com os princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.1 Requisitos técnicos do objeto

A solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- O gramado sintético deverá possuir características técnicas compatíveis com a prática de futebol society, suportando uso intensivo e contínuo;
- As fibras deverão apresentar resistência mecânica, durabilidade e estabilidade adequadas;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

- O sistema deverá garantir amortecimento, absorção de impacto e segurança aos usuários, reduzindo riscos de lesões;
- Os materiais utilizados deverão ser apropriados para uso externo, com resistência a intempéries, radiação UV e variações climáticas;
- O sistema deverá apresentar capacidade de drenagem adequada, evitando acúmulo de água;
- Os insumos de manutenção (borracha granulada) deverão possuir granulometria controlada, pureza e qualidade compatíveis com o uso em gramados sintéticos esportivos;
- Todos os materiais deverão atender a padrões técnicos reconhecidos, podendo ser exigidos laudos, certificações ou fichas técnicas.

4.2 Requisitos de execução

- A empresa contratada deverá realizar a remoção adequada do gramado sintético existente, incluindo carga, transporte e destinação ambientalmente correta;
- A instalação do novo sistema deverá seguir boas práticas técnicas, garantindo nivelamento, fixação e acabamento adequados;
- Deverá ser assegurada a correta distribuição dos materiais de preenchimento, garantindo desempenho uniforme do campo;
- A execução deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado, com emissão de ART;
- Os serviços deverão ser executados dentro de padrões que assegurem qualidade, durabilidade e segurança.

4.3 Requisitos de qualidade e comprovação

- Deverá ser exigida a apresentação de amostra do gramado sintético, para análise e aprovação prévia pela Administração;
- Deverão ser apresentados fichas técnicas e, quando aplicável, laudos laboratoriais que comprovem o atendimento às especificações exigidas;
- Os materiais fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, sob pena de rejeição;
- A Administração poderá realizar inspeções e testes para verificação da conformidade do objeto.

4.4 Requisitos de garantia

- O sistema de gramado sintético deverá possuir garantia compatível com o padrão de mercado;
- A empresa contratada deverá assegurar a correção de eventuais falhas ou defeitos decorrentes da execução dos serviços ou da qualidade dos materiais fornecidos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

4.5 Requisitos ambientais

- A destinação do gramado sintético removido deverá observar as normas ambientais aplicáveis;
- Os materiais fornecidos não poderão apresentar contaminantes que comprometam o meio ambiente ou a segurança dos usuários;
- Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais recicláveis ou provenientes de processos sustentáveis.

5. Estimativa de quantidade, com memória de cálculo, com objetivo de ganho de economia de escala:

A estimativa das quantidades foi realizada com base no levantamento das áreas dos campos de futebol Society existentes no Município, bem como em parâmetros técnicos de utilização e manutenção de gramados sintéticos esportivos, considerando o uso intensivo dos espaços públicos e a necessidade de garantir sua adequada conservação ao longo do tempo.

5.1 Lote 1 – Fornecimento e instalação de gramado sintético

A estimativa foi definida considerando a necessidade de substituição integral do gramado sintético em campos com dimensões médias de aproximadamente **650 m² por unidade**, totalizando:

$$650 \text{ m}^2 \times 5 \text{ campos} = 3.250 \text{ m}^2$$

Considerando margem técnica para perdas, recortes e ajustes de instalação, adotou-se quantitativo total de:

3.300 m²

5.2 Lote 2 – Borracha granulada (manutenção)

A estimativa considerou:

- Área total dos campos:
 $650 \text{ m}^2 \times 4 \text{ campos} = 2.600 \text{ m}^2$
- Parâmetro técnico de manutenção intensiva:
aproximadamente **3,0 a 3,8 kg/m²/ano**

Adotando cenário mais conservador (uso intenso):

$$2.600 \times 3,8 = 9.880 \text{ kg/ano}$$

Arredondado para:

10.000 kg/ano

Justificativa:

O quantitativo contempla uso intensivo dos campos, exposição contínua às intempéries e necessidade de reposições corretivas e preventivas ao longo do período.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

5.3 Lote 3 – Rede de cobertura

A estimativa foi definida com base na necessidade de atendimento de:

4 campos de futebol Society

Totalizando:

3.000 m² (estimados pra inserir nas quadras que não tem e futuras trocas dos existentes)

5.5 Economia de escala

A definição dos quantitativos considerou o agrupamento das demandas em um único processo licitatório, permitindo:

- padronização dos materiais e serviços;
- redução de custos unitários;
- maior competitividade entre fornecedores;
- otimização logística;
- redução de custos administrativos.

Dessa forma, a contratação em escala mostra-se mais vantajosa do que aquisições fragmentadas, atendendo ao princípio da economicidade.

6. Estimativas de preços, incluindo os preços unitários referenciais:

LOTE 01

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT |
|------|--------|---|----------------|-------|
| 1 | 294388 | GRAMA ESPORTIVA - o gramado sintético deverá ser composto por fibras em polietileno, com altura mínima de 50 mm, com fibras expostas compatíveis com o sistema de preenchimento adotado. Os fios deverão possuir título mínimo de 12.000 DTex , com estrutura contendo no mínimo 03 (três) almas de sustentação , espessura mínima de 320 micras , admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores que garantam desempenho igual ou melhor. A densidade do gramado deverá ser de no mínimo 130 tufo por metro linear , com espaçamento máximo de 17 mm entre linhas (escartamento) , podendo ser aceitas variações equivalentes desde que não comprometam a densidade e desempenho do sistema. A base do gramado deverá ser composta por sistema estruturado em múltiplas camadas, do tipo tela tripla bidimensional , com reforço em látex ou poliuretano, contendo obrigatoriamente ao menos uma camada em polipropileno ou material | M ² | 3.300 |



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | | equivalente de alta resistência. O sistema deverá apresentar galga aproximada de 5/8 , com densidade mínima de 13 pontos por decímetro , ou parâmetros equivalentes que assegurem desempenho técnico semelhante ou superior. O preenchimento deverá ser executado com material resiliente, utilizando borracha granulada com granulometria entre 0,6 mm e 2 mm , sendo vedado o uso exclusivo de areia como material de preenchimento, devendo o sistema garantir amortecimento, absorção de impacto e segurança ao usuário. O gramado deverá apresentar características técnicas compatíveis com padrões de desempenho esportivo reconhecidos, atendendo parâmetros equivalentes aos estabelecidos pela FIFA ou normas técnicas correlatas. As linhas demarcatórias deverão possuir largura de 10 cm, na cor branca, confeccionadas com o mesmo material do gramado sintético. O sistema deverá ser instalado com caimento lateral entre 0,5% e 1% para adequado escoamento das águas pluviais. Será obrigatória a apresentação de amostra, ficha técnica do produto e laudos técnicos que comprovem o atendimento às especificações exigidas. | | |
|--|--|---|--|--|

LOTE 2

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT |
|------|--------|--|---------|--------|
| 2 | 150846 | GRANULADO DE BORRACHA – produzido com material 100% reciclado, preto, com granulometria entre 1mm e 4mm, adequado para uso em campos com grama sintética. o material deve estar totalmente limpo e isento de impurezas como aço, ferro, ou qualquer outro resíduo que comprometa sua qualidade e desempenho. Será obrigatória a apresentação de ficha técnica do produto, bem como declaração de conformidade quanto à ausência de contaminantes e adequação ao uso em gramados sintéticos esportivos. | KG | 10.000 |

LOTE 3

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT |
|------|--------|-----------|---------|-------|
|------|--------|-----------|---------|-------|



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| | | | | |
|----|--------|--|----------------|-------|
| 03 | 464742 | REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA - dimensões aproximadas de 18 m x 36 m, confeccionada em polietileno (PEAD – polietileno de alta densidade), com proteção UV contra radiação solar, tratamento antiumidade e antifungos. Características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• espessura do fio: 2 mm;• malha: 12 cm;• cor: branca; Deverão estar inclusos todos os acessórios necessários para perfeita instalação e funcionamento, incluindo: <ul style="list-style-type: none">• cabos de aço galvanizado para tensionamento;• esticadores;• grampos;• terminais;• fixadores e demais componentes necessários. A instalação deverá ser executada pela contratada, contemplando mão de obra, equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao perfeito acabamento e funcionamento do sistema. Garantia mínima de 90 dias contra defeitos de fabricação e instalação. | M ² | 3.000 |
|----|--------|--|----------------|-------|

A estimativa de contratação para o serviço é de aproximadamente **R\$ 600.685,00 (seiscentos mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)**, tendo como base o histórico de execução e os valores praticados nos serviços realizados nos últimos dois anos, considerando a média de consumo e demanda verificada no período.

7. Descrição da solução como um todo (facultativo/justificar):

A descrição como um todo se justifica pela necessidade de apresentar de forma integrada a solução adotada para atendimento da demanda, considerando a natureza combinada da contratação, que envolve tanto a substituição completa de estrutura existente quanto a manutenção periódica de outros espaços esportivos, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.1 Descrição geral da solução

A solução proposta consiste na **contratação integrada de serviços e fornecimentos**, estruturada em lotes, contemplando:

- a **remoção do gramado sintético existente**, com destinação ambientalmente adequada;
- o **fornecimento e instalação de novo sistema de gramado sintético esportivo**, adequado à prática de futebol Society e ao uso intensivo;
- o **fornecimento de insumos destinados à manutenção periódica** dos campos em funcionamento, incluindo borracha granulada;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

- o **fornecimento e instalação de redes de cobertura**, visando maior durabilidade e funcionalidade dos espaços esportivos.

7.2 Estrutura da solução por lotes

A contratação foi estruturada em lotes, de forma a garantir eficiência operacional e melhor gestão da execução:

- **Lote 1:** Reforma completa de campo de futebol Society, incluindo remoção do sistema existente e instalação de novo gramado sintético;
- **Lote 2:** Fornecimento de borracha granulada para manutenção periódica dos campos;
- **Lote 3:** Fornecimento e instalação de redes de cobertura.

Essa divisão permite maior flexibilidade na execução, bem como a possibilidade de participação de diferentes fornecedores, ampliando a competitividade do certame.

7.3 Integração entre reforma e manutenção

A solução adotada não se limita à substituição pontual de estruturas deterioradas, mas contempla também a **manutenção preventiva e corretiva dos demais campos**, assegurando:

- preservação das características técnicas do gramado sintético;
- redução do desgaste acelerado;
- prolongamento da vida útil dos sistemas;
- manutenção contínua das condições de segurança e desempenho.

7.4 Benefícios da solução adotada

A adoção da solução integrada proporciona:

- restabelecimento das condições de uso dos campos atualmente interditados;
- melhoria da segurança dos usuários;
- continuidade das atividades esportivas;
- otimização dos recursos públicos;
- redução de custos futuros com intervenções corretivas;
- padronização dos materiais utilizados.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução (facultativo/justificar):

O parcelamento da solução foi adotado de forma técnica e fundamentada, considerando a natureza do objeto, a possibilidade de execução independente entre os itens e a necessidade de ampliar a competitividade do certame, em conformidade com o princípio do parcelamento previsto na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

8.1 Fundamentação do parcelamento

A contratação foi estruturada em lotes distintos, considerando que os objetos apresentam **natureza técnica diversa e execução autônoma**, conforme descrito:

- **Lote 1:** Serviços especializados de remoção e instalação de gramado sintético (obra/serviço técnico);
- **Lote 2:** Fornecimento de borracha granulada (insumo de manutenção);
- **Lote 3:** Fornecimento e instalação de rede de cobertura.

8.2 Justificativa técnica

O parcelamento mostra-se adequado pelos seguintes motivos:

- Os itens possuem **finalidades distintas**, não sendo dependentes entre si para execução;
- A execução do Lote 1 não depende diretamente da contratação dos Lotes 2 e 3, que se destinam à manutenção dos campos;
- Os materiais dos Lotes 2 e 3 podem ser fornecidos por empresas distintas daquelas especializadas em instalação de gramado sintético;
- A separação evita concentração indevida do objeto, permitindo maior especialização na execução de cada item.

8.3 Justificativa econômica

O parcelamento contribui para:

- ampliação da competitividade, permitindo a participação de maior número de fornecedores;
- obtenção de propostas mais vantajosas;
- redução de custos unitários;
- maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

8.4 Avaliação de não parcelamento

A contratação em lote único foi avaliada, porém não se mostrou adequada, uma vez que:

- poderia restringir a competitividade, ao exigir que um único fornecedor atenda objetos de naturezas distintas;
- poderia elevar os custos da contratação;
- não apresentaria ganhos operacionais significativos.

8.5 Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da solução em lotes distintos é **tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e juridicamente compatível**, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

9. Da contratação ME/EPP:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

Considerando que a maior parte do mercado é composta por empresas de pequeno porte, bem como que o objeto consiste em lotes, mais precisamente ao Lote 1, refere-se à prestação de serviços comuns, cuja divisão não se mostra tecnicamente viável, não será adotada a contratação por cotas.

Ressalta-se que fragmentar o quantitativo conforme a demanda e que a eventual divisão do fornecimento entre mais de uma empresa vencedora poderá ocasionar despadronização dos serviços e materiais fornecidos, especialmente em razão de possíveis diferenças de qualidade, tonalidade e acabamento.

Dessa forma, justifica-se a realização do presente processo em regime de ampla concorrência, uma vez que a divisão em cotas poderá comprometer a adequada execução do objeto, fragmentando o fornecimento e resultando na atuação simultânea de diferentes empresas sobre a mesma contratação.

Assim, mostra-se necessária a contratação integral do objeto, com a seleção de uma única empresa vencedora, de modo a garantir a padronização, a eficiência, a uniformidade e a qualidade na execução dos serviços.

O Lote 2 e Lote 3 será exclusivo ME/EPP/MEI considerando que o valor não ultrapassa R\$ 80.000,00

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis (facultativo/justificar):

A contratação proposta visa alcançar resultados que atendam aos princípios da economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos, proporcionando ganhos operacionais e financeiros ao Município, bem como a melhoria na prestação dos serviços públicos relacionados ao esporte e lazer.

10.1 Resultados em termos de economicidade

A solução adotada permitirá:

- redução de custos com manutenções corretivas frequentes, decorrentes do desgaste do gramado existente;
- aumento da vida útil do sistema de gramado sintético, por meio da substituição integral e utilização de materiais adequados;
- otimização da contratação por meio do agrupamento das demandas em um único processo licitatório, proporcionando ganho de escala;
- ampliação da competitividade entre fornecedores, com potencial redução dos preços contratados;
- diminuição de gastos futuros com intervenções emergenciais.

10.2 Melhor aproveitamento dos recursos materiais

A contratação possibilitará:

- utilização adequada da infraestrutura esportiva já existente, evitando necessidade de construção de novos espaços;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

- reaproveitamento da base estrutural dos campos, reduzindo custos de implantação;
- manutenção contínua dos campos em funcionamento, evitando degradação precoce dos materiais;

10.3 Melhor aproveitamento dos recursos humanos

A solução proposta permitirá:

- redução da necessidade de intervenções emergenciais pela equipe municipal;
- melhor organização das atividades de manutenção, com disponibilidade de insumos adequados;
- otimização da atuação dos servidores responsáveis pela gestão dos espaços esportivos;
- maior previsibilidade das demandas de manutenção.

10.4 Resultados operacionais e sociais

A contratação proporcionará:

- retomada das atividades esportivas nos campos atualmente interditados;
- melhoria das condições de segurança para os usuários;
- incentivo à prática de atividades esportivas e de lazer;
- atendimento contínuo à população usuária dos espaços públicos;
- valorização dos equipamentos públicos municipais.

11. Providências para adequação ao ambiente do órgão (facultativo/justificar):

Sua inclusão se justifica em razão da necessidade de adoção de medidas prévias à execução do objeto, especialmente no que se refere à organização dos espaços físicos, planejamento das atividades e adequação operacional da Administração, em conformidade com os princípios da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

11.1 Providências operacionais

Antes do início da execução contratual, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- identificação e delimitação das áreas onde serão realizados os serviços;
- comunicação prévia à população sobre eventuais interdições temporárias dos campos;
- definição de cronograma de execução, visando minimizar impactos nas atividades esportivas;
- acompanhamento e fiscalização por servidor designado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

11.2 Providências técnicas

- verificação das condições da base existente dos campos, a fim de garantir que estejam aptas a receber o novo sistema de gramado sintético;
- definição de critérios técnicos para recebimento dos serviços e materiais;
- planejamento das atividades de manutenção periódica dos campos, com utilização dos insumos a serem adquiridos.

11.3 Providências administrativas

- designação formal de fiscal e gestor do contrato;
- organização dos procedimentos de recebimento, conferência e armazenamento dos materiais adquiridos;
- registro e acompanhamento da execução contratual.

11.4 Providências relacionadas à segurança

- adoção de medidas para garantir a segurança dos usuários durante a execução dos serviços;
- isolamento das áreas em intervenção;
- observância das normas de segurança do trabalho pela empresa contratada.

12. Contratações correlatas ou interdependentes (facultativo/justificar):

Embora o presente item seja facultativo, sua inclusão se justifica pela necessidade de demonstrar a análise de eventuais contratações correlatas ou interdependentes, em conformidade com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.1 Contratações correlatas

Não foram identificadas contratações correlatas em andamento que impactem diretamente a execução do objeto.

Todavia, a presente contratação está relacionada às atividades contínuas de manutenção e gestão dos espaços esportivos municipais, especialmente aquelas vinculadas à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

12.2 Contratações interdependentes

Não há contratações interdependentes necessárias para a execução do objeto.

A solução proposta é autônoma, sendo plenamente executável com os recursos e estrutura atualmente disponíveis no Município.

12.3 Considerações

Eventuais necessidades futuras de manutenção complementar ou ampliação das estruturas esportivas poderão ser objeto de novas contratações, sem prejuízo da execução do presente objeto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

13. Declaração de viabilidade ou não da solução, com posicionamento conclusivo

Diante das análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta é **tecnicamente viável, economicamente adequada e plenamente compatível com o interesse público**, atendendo às necessidades da Administração de forma eficiente e sustentável, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação contempla, de forma integrada, a **substituição integral do gramado sintético em campos comprometidos**, bem como o **fornecimento de insumos destinados à manutenção periódica dos demais espaços esportivos**, permitindo não apenas a resolução do problema atual, mas também a preservação das condições de uso ao longo do tempo.

A solução adotada mostrou-se a mais adequada entre as alternativas analisadas, considerando:

- a necessidade de restabelecimento das condições de segurança e utilização dos campos atualmente interditados;
- a inviabilidade técnica e econômica de soluções paliativas;
- a otimização dos recursos públicos, com redução de custos futuros de manutenção corretiva;
- o melhor aproveitamento da infraestrutura existente;
- a garantia de continuidade das atividades esportivas no Município.

Ademais, a estruturação da contratação em lotes distintos mostrou-se adequada, permitindo maior competitividade, flexibilidade na execução e eficiência na gestão contratual.

Dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação proposta, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

14. Possíveis Impactos Ambientais:

A análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação foi realizada considerando as características do objeto, especialmente no que se refere à remoção do gramado sintético existente, à instalação de novo sistema e à utilização de insumos para manutenção, em conformidade com as diretrizes ambientais aplicáveis.

14.1 Impactos ambientais potenciais

A execução do objeto poderá gerar os seguintes impactos ambientais:

- geração de resíduos provenientes da remoção do gramado sintético existente;
- necessidade de transporte e destinação adequada desses materiais;
- utilização de insumos como borracha granulada, que requerem controle quanto à qualidade e composição;
- eventual geração de resíduos sólidos durante a instalação do novo sistema.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

14.2 Medidas mitigadoras

Para minimizar os impactos identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- destinação ambientalmente adequada do gramado sintético removido, em conformidade com a legislação vigente;
- proibição de descarte irregular de resíduos;
- utilização de materiais que atendam a padrões de qualidade e segurança, evitando contaminação do solo ou do ambiente;
- controle e organização do canteiro de trabalho, evitando dispersão de resíduos;
- observância das normas ambientais aplicáveis durante a execução dos serviços.

14.3 Conformidade ambiental

A execução do objeto deverá observar as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010, especialmente no que se refere à gestão e destinação adequada de resíduos sólidos, bem como demais normas ambientais aplicáveis.

14.4 Conclusão

Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados **de baixa magnitude e plenamente mitigáveis**, desde que observadas as medidas de controle e as boas práticas de execução, não representando impedimento à viabilidade da solução proposta.

Fundamento deste Estudo Técnico Preliminar é a Lei Federal nº 14.133/2021 o Decreto Municipal nº 506/2022 e suas alterações, se houverem

Mandaguari – Pr., 22 de maio de 2026.

Márcia Cristina Polles
Matrícula: 95940
Diretor de Esporte e Lazer

O Fundamento deste Estudo Técnico Preliminar é a Lei 14.133/2021



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

ANEXO III – MODELO - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – PR

SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2026

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da Lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão Eletrônico nº/2026, que a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s), Srs(as). _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, é **(microempresa/empresa de pequeno porte)** nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/2006.

LOCAL e DATA

(Nome e assinatura do representante legal da proponente)

(Nome/assinatura)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

ANEXO IV – Termo de Declarações de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Capacidade de Fornecimento; Inexistência de Fato Superveniente; que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão; Não parentesco; Idoneidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – PR

AT. SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2026

O signatário do presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ **declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:**

1. Cumpre todos os requisitos de habilitação do Pregão Eletrônico nº .../2026 do Município de MANDAGUARI-Pr.
2. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº .../2026, instaurado por essa Administração, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Temos plena capacidade de efetuar o fornecimento dos produtos licitados, nas quantidades e nos prazos previstos, referente ao presente Pregão.
3. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº .../2026 do Município de MANDAGUARI, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.
4. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, no art. 68, VI, da Lei 14.133/21 e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

5. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado por essa Administração, que cumpre com o art. 14, inciso IV da Lei nº 14.133/21, que não existem no quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão. Que não temos sócios com parentesco com servidores municipais.
6. Declaramos para os devidos fins de direito que nossa empresa, não foi declarada inidônea para licitar, por nenhum órgão federal, estadual ou municipal.
7. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº .../2026, instaurado por essa Administração, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
8. Concorda com todos os preceitos e termos das Condições Gerais do EDITAL MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026.
9. Os documentos de habilitação anexados no sistema eletrônico são reprodução fiel dos originais.
10. Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

LOCAL e DATA

(Nome completo do representante da empresa, nº do R.G. e assinatura).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

ANEXO V– MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026

O signatário da presente, em nome da empresa licitante, propõe:

1) O seguinte preço **(READEQUADOS AO LANCE VENCEDOR)**:

| Item | Qtde. | Especificação | Marca/Modelo | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|-------|---------------|--------------|----------------|-------------|
| | | | | | |
| Valor total: R\$ (.....) | | | | | |

2) Prazo de entrega do produto será de, no máximo, dias, a partir do recebimento do pedido da Secretaria.

3) Prazo de validade da proposta de ____ (mínimo de 60 dias), a contar da data de abertura do certame.

4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

5) Declaramos que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)]**

6) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Razão Social da Empresa Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

.....(local),(data)

Assinatura do Responsável



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

ANEXO VI – MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2026

No dia do mês de do ano de 2026, compareceram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.285.345/0001-09, com sede administrativa localizada na AVENIDA AMAZONAS, N.º 500, bairro CENTRO, CEP nº. 86975-000, nesta cidade de Mandaguari/PR, representada neste ato pela Prefeita Municipal, **IVONÉIA DE ANDRADE AP.º FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e do outro a empresa ++++++, estabelecida à Rua ++++++, nº +++++, na cidade de +++++, Estado do +++++, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da lei Federal 14.133/21, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, os Decretos Municipais nº 379/2022, nº 423/2022 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado da PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS, nº 25/2026, conforme consta do processo administrativo nº 78/2026, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei 14.133/21, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REMOÇÃO DO GRAMADO SINTÉTICO EXISTENTE, COM DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA, BEM COMO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE GRAMADO SINTÉTICO ESPORTIVO PARA CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, ALÉM DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO PERIÓDICA DOS CAMPOS COM GRAMADO SINTÉTICO DO MUNICÍPIO, INCLUINDO BORRACHA GRANULADA, BEM COMO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDES DE COBERTURA**, destinado às Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, pelo período de 12 (doze) meses. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos, Atas do Processo e Licitação acima descrita, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E PRAZO DA VALIDADE

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

| ITEM | UNID. | QTDE | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR. UNIT.R\$ | VLR. TOTAL R\$ |
|------|-------|------|-----------|-------|---------------|----------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

2.2. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei nº14.133/21.

2.2.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:

a) os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

2.2.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.2.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

2.2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.6. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser firmada entre a Prefeitura Municipal de Mandaguari e o vencedor do certame, terá validade DE 12 (DOZE) MESES, a partir da data de sua assinatura, prorrogáveis por igual período.

2.2.7. OS CONTRATOS celebrados decorrentes da Ata de Registro de Preços têm prazo de vigência de 12 meses, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

2.2.8. Os contratos deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.2.9. Os contratos decorrentes desta ata poderão ser alterados, observado o disposto nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto desta Ata;

3.2. As quantidades para fornecimento serão solicitadas pelas Secretarias Municipais, por escrito e dentro do prazo e validade do registro de preços, de acordo com as suas necessidades, respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitativo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.

3.3. Constatada a necessidade dos serviços/produtos, o Município de Mandaguari, através da Diretoria de Contabilidade, procederá à emissão da respectiva nota de Empenho de Despesa e ordem de compra em nome do licitante, relacionando-se o(s) produto(s) pretendido(s) e sua(s) quantidade(s), bem como o respectivo preço conforme registrado em ata, devendo a execução dos serviços ser realizada conforme prazo estabelecido no edital, a partir do recebimento da respectiva ordem de compra.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete ao Órgão gerenciador:

4.1.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelos Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

4.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor designado;

4.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.1.8. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

4.2. Compete ao Promitente Fornecedor:

4.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.2.2. No valor dos serviços deverão estar inclusos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre o mesmo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos e danos decorrentes do objeto contratado;

4.2.4. Retirar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem danos, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 24 horas, contados da notificação do município. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

4.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.6. Realizar toda a manutenção no que compete a: reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais de qualidade que não condiz com o edital.

4.2.7. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

4.2.8. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.

4.2.9. Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

4.2.10. Cumprir todas as obrigações constantes no presente termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2.12. Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante, qualquer motivo que impossibilite a prestação do serviço nas condições pactuadas;

4.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

4.2.15. Manter-se, durante toda a vigência desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O contrato será utilizado para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante recebimento da nota de Empenho, formalizado pelo órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

5.3. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao órgão gerenciador, por escrito.

5.4. O fornecedor ficará obrigado a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do contrato, mesmo se a execução dos serviços/entrega dos itens ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

5.4.1. O fornecedor deverá efetuar a entrega dos serviços em até 05 (cinco) dias, após a solicitação de entrega/autorização de fornecimento, ou agendada pela secretaria solicitante, sem qualquer despesa para o município, tais como: frete, seguro, descarga e quaisquer outras despesas inerentes a entrega do objeto.

5.4.2. Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

5.4.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, além das determinações deste edital, se a detentora do contrato não atender às ordens de fornecimento, após devido processo administrativo em que será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4.4. As quantidades para fornecimento serão solicitadas pelas Secretarias Municipais, por escrito e dentro do prazo e validade do contrato, de acordo com as suas necessidades, respeitando o limite máximo, sendo facultado ao licitante fornecer o quantitativo em função de sua capacidade de fornecimento, caso esta seja inferior ao total requisitado.

5.5. A Detentora do contrato obriga-se a executar os serviços, descritos no presente contrato, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.5.1. Serão recusados os serviços, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

5.6. É de responsabilidade da empresa Detentora do contrato todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil ou criminal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, conforme o recebimento definitivo do produto, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, de acordo dispõe o art. 92, V e VI da Lei nº 14.133/21 e alterações.

6.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações abaixo:

6.2.1. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991.

6.2.2. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

6.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho).

6.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

6.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

6.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

6.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

6.8. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - MULTAS/PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes multas:

- a). De 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação.
- b). 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, limitada a 20%;
- c). O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;
- d). 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;
- d). Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.
- e). a multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

8.2. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I – Der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II – Der causa à inexecução total do contrato;
- III – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV – Não mantiver a proposta, salvo em caso de fato superveniente, devidamente justificado;
- V – Deixar de celebrar o contrato ou de entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.3. Poderá sofrer pena de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

- I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame;
- II – Prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V – Praticar qualquer um dos atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DE PREÇO

9.1. Durante a vigência deste contrato, os valores da proposta serão fixos e não reajustáveis por período mínimo de 01 (um) ano, contado da publicação do contrato ou do último reajuste acordado, a partir do qual se poderá reajustá-los objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, mediante a aplicação do Índice IPCA acumulado no ano corrente.

9.2. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pronunciamentos dos setor e técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente;

9.3. Caso no decorrer da vigência do contrato haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico financeiro, conforme previsão legal.

9.3.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação a empresa contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas e comprovações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

9.3.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

9.4. Para se habilitar à revisão dos preços o interessado deverá formular pedido dirigido ao Pregoeiro Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia das notas fiscais dos elementos formadores do novo preço.

9.5. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora do contrato, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido;

9.6. A contratada não poderá interromper a entrega dos produtos durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conclusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **MANDAGUARI**

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

11.1. O presente contrato somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, no diário oficial do município e na página eletrônica www.mandaguari.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de MANDAGUARI para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. O recebimento e a fiscalização dos serviços serão realizados pelos servidores membros da Comissão de Recebimento de Bens, de acordo com o seguinte:

José Lucas da cruz Ferrari

MANDAGUARI – PR, de de 2026.